



Ata 11/2026

Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis, às treze horas e trinta minutos, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Cerro Largo, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos do Regime Próprio de Previdência - RPPS, designados pela Portaria nº 520/2023, Elisandra Solange Vorpapel Neunfeld, Rodrigo Moscon Kuhn e Vanise Beatriz Brum, os quais se fizeram presentes, registrando a existência de quórum suficiente. Pauta 1 – Análise do cenário econômico e financeiro de maio 2026; Pauta 2 – avaliação da carteira de investimentos do RPPS; Pauta 3 – acompanhamento da Política de Investimentos e deliberação sobre movimentações financeiras; Pauta 4 – verificação de enquadramento e limites legais e notificação aplicação errônea em fundo desenhado conforme Resolução 5272/2026. Pauta 5 – análise de riscos; Pauta 6 – acompanhamento suficiência financeira; Pauta 7 - assuntos gerais (cursos e demais assuntos): **Pauta 1** - Em relação ao cenário econômico e financeiro foi realizada discussão com base no relatório construído pela empresa de assessoria do RPPS Referência constante no Anexo I da presente ata do qual faz parte integrante, verificando que Maio foi marcado por um ambiente de elevada incerteza nos mercados globais, embora com alguma melhora em relação às preocupações observadas nos meses anteriores. A combinação entre a continuidade das tensões geopolíticas no Oriente Médio, a evolução das expectativas para a política monetária nas principais economias e os sinais de desaceleração em algumas regiões do mundo continuou influenciando o comportamento dos ativos financeiros. No início do mês, os mercados chegaram a precificar um cenário mais adverso para a economia global, refletido na queda dos preços das principais commodities. O petróleo WTI chegou a romper a barreira dos US\$ 60 por barril, enquanto o minério de ferro voltou a negociar abaixo dos US\$ 100 por tonelada, em meio às perspectivas de desaceleração da demanda global e ao aumento da oferta por parte dos países produtores. Ao longo do mês, entretanto, o cenário geopolítico apresentou sinais de relativa melhora. A expectativa de uma solução diplomática para o conflito no Oriente Médio e de uma eventual reabertura do Estreito de Ormuz contribuiu para uma redução dos preços do petróleo e para um ambiente mais favorável aos ativos de risco. Ainda assim, as incertezas em relação à duração do conflito e seus impactos sobre a inflação continuaram exigindo cautela por parte dos investidores. Nos Estados Unidos, os dados econômicos seguiram demonstrando resiliência. O mercado de trabalho apresentou criação de vagas acima do esperado, enquanto a atividade econômica continuou crescendo em ritmo moderado. Por outro lado, os índices de preços ao produtor e de importação evidenciaram os efeitos dos choques logísticos e energéticos decorrentes das tensões geopolíticas. Nesse contexto, os dirigentes do Federal Reserve reforçaram uma postura mais cautelosa, reconhecendo os riscos de inflação mais elevada e sinalizando a possibilidade de manutenção dos juros em níveis restritivos por um período mais prolongado. Na Zona do Euro, a atividade econômica continuou apresentando crescimento moderado, enquanto a inflação permaneceu pressionada pelos custos de energia. Os discursos dos dirigentes do Banco Central Europeu também passaram a refletir maior preocupação com os efeitos da guerra sobre os preços e a atividade econômica, reforçando uma postura mais conservadora. Na China, os indicadores de atividade mostraram desaceleração em relação ao início do ano. Tanto a produção industrial quanto as vendas no varejo vieram abaixo das expectativas, evidenciando a persistente fragilidade da demanda doméstica e reforçando as



expectativas de novos estímulos por parte do governo chinês. No Brasil, o ambiente econômico continuou sendo fortemente influenciado pelo cenário externo. Ao mesmo tempo, questões domésticas passaram a ganhar maior relevância. Além dos desafios fiscais, o avanço do calendário eleitoral de 2026 começou a influenciar de forma mais perceptível as expectativas dos agentes econômicos. Discussões relacionadas à condução da política econômica e a temas estruturais em debate no Congresso passaram a ser acompanhadas com maior atenção pelo mercado, em um contexto que tende a aumentar a sensibilidade dos ativos locais ao longo do segundo semestre. No campo econômico, a atividade permaneceu resiliente. O PIB do primeiro trimestre apresentou crescimento de 1,1% em relação ao trimestre anterior, confirmando que o consumo interno segue aquecido. Esse quadro, combinado com compressões inflacionárias ainda presentes, contribui para uma postura mais cautelosa do Banco Central em relação ao ciclo de redução da taxa Selic. Em relação à inflação, o IPCA de maio registrou alta de 0,58%, acumulando 3,20% no ano e 4,72% nos últimos 12 meses, permanecendo acima do limite superior da meta de inflação. Os grupos Alimentação e Bebidas e Habitação foram os principais responsáveis pela pressão observada no período. Já o INPC avançou 0,65%, acumulando alta de 3,36% no ano e 4,42% em 12 meses. No mercado de renda fixa, maio foi marcado por um comportamento mais heterogêneo dos principais índices, refletindo a volatilidade das curvas de juros e a reavaliação das expectativas para a política monetária. O IMA-Geral registrou valorização de aproximadamente 0,81% no mês, acumulando 5,29% em 2026. Os ativos de curto prazo continuaram se beneficiando do elevado nível dos juros, enquanto os segmentos mais longos permaneceram mais sensíveis às oscilações das expectativas de inflação, do cenário fiscal e das incertezas externas. Na renda variável doméstica, o Ibovespa encerrou maio com queda de 7,22%, refletindo a continuidade do movimento de realização por parte dos investidores estrangeiros e a migração de recursos para mercados desenvolvidos, especialmente para empresas ligadas aos setores de tecnologia e inteligência artificial. Em contrapartida, as bolsas internacionais apresentaram desempenho positivo, com destaque para o S&P 500 e a Nasdaq, favorecidos pela força das empresas de tecnologia e pela resiliência da economia norte-americana. De forma geral, maio reforçou a importância da diversificação e da preservação do perfil de risco das carteiras. Em um ambiente ainda marcado por incertezas geopolíticas, inflação acima das metas e elevada sensibilidade dos mercados às expectativas de política monetária e ao cenário político-fiscal, os ativos de proteção e as estratégias mais conservadoras continuaram apresentando uma relação risco-retorno bastante favorável para os RPPS. **Pauta 2** – A carteira do RPPS foi analisada com base no relatório de investimentos do período de maio/2026, observando: rentabilidade no período: 1,06%; meta atuarial período: 1,12%; aderência à Política de investimentos vigente; distribuição por segmento de aplicação; diversificação e concentração de ativos; instituições financeiras investidas. No período obteve-se a rentabilidade no valor de R\$ 862.012,11 (oitocentos e sessenta e dois mil e doze reais e onze centavos), passando assim o patrimônio total do FAPES a ser de R\$ 81.864.416,09 (oitenta e um milhões oitocentos e sessenta e quatro mil e quatrocentos e dezesseis reais e nove centavos). O patrimônio do FAPES encontra-se alocado nas instituições financeiras, devidamente credenciadas, e distribuídos conforme relatório de enquadramento que faz parte integrante da presente ata. Concluiu-se que a carteira encontra-se em conformidade, conforme relatórios anexados ao presente do qual fazem parte integrante. A regularidade se verifica após a realização de ajuste / correção de aplicação errônea realizada em data de 25/05/2026 no valor de R\$ 10.193,81 e reposta à notificação do Ministério Previdência



no CADPREV e retorno de regularização. **Pauta 3** – Após análise do cenário econômico, Política de Investimentos e Resolução CMN 5272/2025, vez que o RPPS de Cerro Largo não possui certificação institucional pró gestão, conforme a atual distribuição da carteira de investimentos do RPPS, considerando o respectivo cenário econômico e suas perspectivas, com base na Resolução CMN 5272/2025 para fins de aportes e alocações de forma estratégica e segura (diante da atual conjuntura econômica de juros elevados, inflação sob pressão, incertezas fiscais e políticas, o que reforça a atratividade de fundos de renda fixa referenciados ao CDI que oferecem rentabilidade alinhada à Selic / IRF-M 1, baixo risco de crédito e liquidez imediata D+0, SELIC em 14,25% - redução valor na última reunião), sugerimos a manutenção das aplicações nos fundos já utilizados por esse RPPS, mantendo uma estratégia prudente e conservadora, e para a realização de novos investimentos os mesmos serão realizados em fundos enquadrados no artigo 7º, inciso I que já utilizamos, com a manutenção de alocação em ativos de caráter defensivo, especialmente fundos de renda fixa referenciados ao CDI e com liquidez imediata (D+0), vez que oferecem rentabilidade previsível, liquidez imediata e baixo risco - segurança, contribuindo para o equilíbrio e preservação do patrimônio previdenciário e assegurando aderência às diretrizes legais e atuariais do RPPS. Assim, as opções para aportes são, considerando a rentabilidade, risco e compatibilidade com a Política de Investimentos vigente:

SICREDI LIQUIDEZ EMPRESARIAL DI RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA

CNPJ:24.634.187/0001-43

Enquadramento :5272/25: Art. 7º I Fundo/Classe 100% TPF ou ETF 100% TPF

Disponibilidade dos recursos: D+0

Objetivo do Fundo: Aplica seus recursos em ativos e derivativos de renda fixa remunerados à taxa flutuante em CDI ou Selic

OU

BANRISUL ABSOLUTO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP

CNPJ: 21.743.480/0001-50

Enquadramento:5272: Art. 7º I Fundo/Classe 100% TPF ou ETF 100% TPF

Nível Pró Gestão: Acessível a todos os RPPS.

Disponibilidade dos recursos: D+0

Objetivo do Fundo: Obter ganhos de capital alocando seus recursos em ativos e derivativos de renda fixa remunerados à taxa flutuante em CDI ou Selic

OU

BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO

CNPJ 11.328.882/0001-35

Enquadramento :5272/25: Art. 7º I Fundo/Classe 100% TPF ou ETF 100% TPF

Disponibilidade dos recursos: D+0

Objetivo do Fundo: Acompanhar a variação do IRF-M 1

Característica do Ativo: Mantém, no mínimo, 80% em ativos cuja rentabilidade esteja atrelada à variação da taxa de juros doméstica e/ou de índices de preços. Do total investido, 70% dos recursos devem ser alocados em FIs que tenha como parâmetro de rentabilidade o IRF-M.



Taxa de Administração

BANRISUL SOBERANO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA SIMPLES LP

CNPJ: 11.311.874/0001-86

Enquadramento: 5272: Art. 7º I Fundo/Classe 100% TPF ou ETF 100% TPF

Nível Pró Gestão: Acessível a todos os RPPS.

Disponibilidade dos recursos: D+0

Objetivo do Fundo: Aplica seus recursos, principalmente, em ativos e derivativos de renda fixa, com estratégia que proteja de riscos de perdas e volatilidade.

Assim, as opções para resgates são, considerando os atuais investimentos, a rentabilidade, risco e compatibilidade com a Política de Investimentos vigente, quais sejam: Liquidez imediata (D+0): requisito fundamental para assegurar a disponibilidade dos recursos na data prevista; saldo disponível: condição necessária para viabilizar o resgate; e adequação ao cenário econômico: diante da manutenção da taxa Selic em patamar elevado e das expectativas de inflação, torna-se imprescindível adotar uma postura cautelosa na alocação dos recursos:

BANRISUL ABSOLUTO FI RENDA FIXA LP

CNPJ 21.743.480/0001-50

Enquadramento: Art. 7º, I 100% TPF

Disponibilidade dos recursos: D+0

Objetivo do Fundo: Proporcionar valorização de suas cotas.

OU

BB PERFIL RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP

CNPJ: 13.077.418/0001-49

Enquadramento : 5272/25: Art. 7º V - Fundos ou ETF de Renda Fixa em Geral

Disponibilidade dos recursos: D+0

Objetivo do Fundo: Obter rentabilidade que acompanhe a variação do CDI.

OU

CAIXA BRASIL RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP

CNPJ: 03.737.206/0001-97

Enquadramento 5272/2025: Art. 7º V - Fundos ou ETF de Renda Fixa em Geral

Disponibilidade dos recursos: D+0

Objetivo do Fundo: O objetivo do FUNDO é acompanhar a performance do CDI

Assim, considerando ainda a diversificação de instituições financeiras e taxas de transferência bancária, opta por aplicar e resgatar valores nas próprias instituições em que recebe valores a título de arrecadação vez que a rentabilidade apresentada dos fundos acaba sendo muito semelhante em virtude das variações atualmente existente, evitando assim o pagamento desnecessário de taxas para alocação em fundo com igual rentabilidade de outra instituição financeira, mantendo assim a distribuição de valores (recebimento de valores arrecadação Câmara de Vereadores e servidor licenciado). O valor de compensação previdenciária recebida em fundo do Banco do Brasil foi aplicada em fundo que possuímos do próprio Banco enquadrado no artigo 7º, I. Os valores de arrecadação e parcelamento foram alocados no fundo Banrisul Absoluto enquadrado no



artigo 7º, I, que também pode ser utilizado para o pagamento dos benefícios (disponibilidade dos recursos D+0 e saldo disponível para efetivar a operação). O recolhimento dos valores de arrecadação da Câmara de Vereadores pagos em conta do Sicredi foram investidos em fundo que possuímos no próprio Sicredi enquadrado no artigo 7º, I, mantendo-se as movimentações de investimentos nos fundos enquadrados no artigo 7º, inciso I que já tínhamos, otimizando e evitando assim o pagamento de taxas bancárias de transferência. Para o pagamento dos benefícios foi realizado resgate do fundo Banco Brasil BB Perfil em virtude da sua rentabilidade e retorno comparado com outros fundos.

Pauta 4 - Foi verificado o enquadramento da carteira em relação aos limites e condições estabelecidos na legislação vigente, especialmente na Resolução CMN 5272/2025. Registra-se que considerando a nova Resolução CMN 5272/2025 a qual estabelece um prazo de até dois anos para ajuste da carteira de investimentos em relação aos fundos não enquadrados devido a não possuímos certificação institucional, não sendo considerados como inobservância aos limites e requisitos estabelecidos os desenquadramentos, não devendo ser realizado novo aporte nesses fundos não enquadrados por certificação institucional. Em data de 16/06/2026 este Comitê de Investimentos ao realizar a conferência dos extratos de movimentações financeiras de aplicações e resgates efetivadas no mês de maio/2026 para fins de lançamento das informações no DAIR no sistema CADPREV verificou que erroneamente foi realizada aplicação de valor decorrente do pagamento de CUPOM no montante de R\$ 10.193,81 (dez mil reais cento e noventa e três reais e oitenta e um centavos). Na data de 18/05/2026 ocorreu o pagamento de CUPOM do Fundo CI CAIXA BRASIL 2027 TP RF RL CNPJ 45.443.514/0001-05 no valor de R\$ 10.193,81 (dez mil reais cento e noventa e três reais e oitenta e um centavos) na conta corrente 104 / 0466 / 3703575216431-8. Em data de 25/05/2026 equivocadamente foi realizada aplicação no Fundo CAIXA FI BRASIL REF. DI LONGO PRAZO, CNPJ 03.737.206/0001-97 no valor de R\$ 10.193,81 (dez mil reais cento e noventa e três reais e oitenta e um centavos), e tendo em vista que não possuímos certificação institucional pró gestão a aplicação no referido fundo não é compatível para aplicação. Assim, com o intuito de regularizar a situação dos investimentos do RPPS e corrigir, em data de 16 de junho de 2026 foi realizado resgate no valor de R\$ 10.193,81 (dez mil reais cento e noventa e três reais e oitenta e um centavos) do Fundo CAIXA FI BRASIL REF. DI LONGO PRAZO, CNPJ 03.737.206/0001-97 e posterior aplicação do referido valor R\$ 10.193,81 (dez mil reais cento e noventa e três reais e oitenta e um centavos) no Fundo CAIXA BRASIL IRFM-1 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LTDA FIF RENDA FIXA, CNPJ 10.740.670/0001-06, fundo compatível com o nível de governança do nosso RPPS, realizando posterior registro para encaminhamento de documentação para compor resposta formal à notificação emitida pelo Ministério da Previdência em virtude da entrega do DAIR mês de maio/2026 no que tange ao desatendimento da carteira de investimentos, o que em data de 24/06/2026 foi regularizada junto ao sistema CADPREV, em virtude da regularização da situação identificada com a realocação dos recursos. **Pauta 5** – Foram avaliados os principais riscos associados à carteira: risco de mercado, crédito, liquidez e sistêmicos com base nos relatórios técnico e indicadores de desempenho em conjunto com base em relatório de conjuntura econômica e financeira emitido pela empresa que presta assessoria ao RPPS – Referência, o qual faz parte integrante da presente ata como anexo. **Pauta 6** – Em relação ao acompanhamento da suficiência financeira, competência maio/2026, com base nos relatórios contábeis, verifica-se que o mês apresentou suficiência financeira, demonstrando sobra líquida de recursos para aplicação nos fundos. **Pauta 7** – sem



**FUNDO DE APOSENTADORIA E
PENSÃO DO SERVIDOR - FAPES
CERRO LARGO - RS**



assuntos gerais. ANEXOS: Relatório cenário econômico financeiro empresa Referência; Relatório rentabilidade x meta RPPS; Relatório enquadramento; Relatório Conjuntura Econômica e Financeira 05/2026; Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelos membros presentes.

Revisão realizada
[Signature]
[Signature]

[Signature]
[Signature]



PARECER ATA 11/2026 DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS AO CONSELHO DELIBERATIVO

Atendendo os requisitos de aderência ao Nível II do Pró Gestão RPPS, o presente Comitê de Investimentos, emite o seguinte relatório com a rentabilidade, controle de risco e aderência das alocações à Política de Investimentos, em relação ao mês de maio de 2026

Indicadores Econômicos:

Para finalidade de análise de indicadores econômicos utilizamos o relatório elaborado pela empresa Referência Gestão e Risco de conjuntura econômica e financeira de MAIO/2026 o qual utilizamos como base para as análises e decisões, o qual faz parte integrante do presente parecer.

Investimentos Rentabilidade x Meta:

Após o cenário econômico passou-se a análise em relação aos investimentos do FAPES no mês de maio/2026: A carteira do RPPS foi analisada com base no relatório de investimentos do período de maio/2026, observando: rentabilidade no período: 1,06%; meta atuarial período: 1,12%; aderência à Política de investimentos vigente; distribuição por segmento de aplicação; diversificação e concentração de ativos; instituições financeiras investidas. No período obteve-se a rentabilidade no valor de R\$ 862.012,11 (oitocentos e sessenta e dois mil e doze reais e onze centavos), passando assim o patrimônio total do FAPES a ser de R\$ 81.864.416,09 (oitenta e um milhões oitocentos e sessenta e quatro mil e quatrocentos e dezesseis reais e nove centavos). O patrimônio do FAPES encontra-se alocado nas instituições financeiras, devidamente credenciadas, e distribuídos conforme relatório de enquadramento que faz parte integrante da presente ata. Concluiu-se que a carteira encontra-se em conformidade, conforme relatórios anexados ao presente do qual fazem parte integrante. A regularidade se verifica após a realização de ajuste / correção de aplicação errônea realizada em data de 25/05/2026 no valor de R\$ 10.193,81 e reposta à notificação do Ministério Previdência no CADPREV e retorno de regularização. Após análise do cenário econômico, Política de Investimentos e Resolução CMN 5272/202 , vez que o RPPS de Cerro Largo não possui certificação institucional pró gestão, conforme a atual distribuição da carteira de investimentos do RPPS, considerando o respectivo cenário econômico e suas perspectivas, com base na Resolução CMN 5272/2025 para fins de aportes e alocações de forma estratégica e segura (diante da atual conjuntura econômico de juros elevados, inflação sob pressão, incertezas fiscais e políticas, o que reforça a atratividade de fundos de renda fixa referenciados ao CDI que oferecem rentabilidade alinhada à Selic / IRF-M 1, baixo risco de crédito e liquidez imediata D+0, SELIC em 14,25% - redução valor na última reunião), sugerimos a manutenção das aplicações nos fundos já utilizados por esse RPPS, mantendo uma estratégia prudente e conservadora, e para a realização de novos investimentos serão realizados em fundos enquadrados no artigo 7º, inciso I que já utilizamos, com a manutenção de alocação em ativos de caráter defensivo, especialmente fundos de renda fixa referenciados ao CDI e com liquidez imediata (D+A), vez que oferecem rentabilidade previsível, liquidez imediata e baixo risco - segurança, contribuindo para equilíbrio e preservação do patrimônio previdenciário e assegurando aderência às diretrizes legais e atuariais do RPPS. Assim, as opções para aportes são, considerando a rentabilidade, risco e compatibilidade com a Política de Investimentos vigente:



SICREDI LIQUIDEZ EMPRESARIAL DI RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA

CNPJ:24.634.187/0001-43

Enquadramento :5272/25: Art. 7º I Fundo/Classe 100% TPF ou ETF 100% TPF

Disponibilidade dos recursos: D+0

Objetivo do Fundo: Aplica seus recursos em ativos e derivativos de renda fixa remunerados à taxa flutuante em CDI ou Selic

OU

BANRISUL ABSOLUTO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP

CNPJ: 21.743.480/0001-50

Enquadramento:5272: Art. 7º I Fundo/Classe 100% TPF ou ETF 100% TPF

Nível Pró Gestão: Acessível a todos os RPPS.

Disponibilidade dos recursos: D+0

Objetivo do Fundo: Obter ganhos de capital alocando seus recursos em ativos e derivativos de renda fixa remunerados à taxa flutuante em CDI ou Selic

OU

BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO

CNPJ 11.328.882/0001-35

Enquadramento :5272/25: Art. 7º I Fundo/Classe 100% TPF ou ETF 100% TPF

Disponibilidade dos recursos: D+0

Objetivo do Fundo: Acompanhar a variação do IRF-M 1

Característica do Ativo: Mantém, no mínimo, 80% em ativos cuja rentabilidade esteja atrelada à variação da taxa de juros doméstica e/ou de índices de preços. Do total investido, 70% dos recursos devem ser alocados em FIs que tenha como parâmetro de rentabilidade o IRF-M.

Taxa de Administração

BANRISUL SOBERANO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA SIMPLES LP

CNPJ: 11.311.874/0001-86

Enquadramento:5272: Art. 7º I Fundo/Classe 100% TPF ou ETF 100% TPF

Nível Pró Gestão: Acessível a todos os RPPS.

Disponibilidade dos recursos: D+0

Objetivo do Fundo: Aplica seus recursos, principalmente, em ativos e derivativos de renda fixa, com estratégia que proteja de riscos de perdas e volatilidade.

Assim, as opções para resgates são, considerando a rentabilidade, risco e compatibilidade com a Política de Investimentos vigente, quais sejam: Liquidez imediata (D+0): requisito fundamental para assegurar a disponibilidade dos recursos na data prevista; saldo disponível: condição necessária para viabilizar o resgate; e adequação ao cenário econômico: diante da manutenção da taxa Selic em patamar elevado e das expectativas de inflação, torna-se imprescindível adotar uma postura cautelosa na alocação dos recursos:

BANRISUL ABSOLUTO FI RENDA FIXA LP

CNPJ 21.743.480/0001-50

Enquadramento: Art. 7º, I 100% TPF



Disponibilidade dos recursos: D+0

Objetivo do Fundo: Proporcionar valorização de suas cotas.

OU

BB PERFIL RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP

CNPJ:13.077.418/0001-49

Enquadramento :5272/25: Art. 7º V - Fundos ou ETF de Renda Fixa em Geral

Disponibilidade dos recursos: D+0

Objetivo do Fundo: Obter rentabilidade que acompanhe a variação do CDI.

OU

CAIXA BRASIL RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP

CNPJ: 03.737.206/0001-97

Enquadramento 5272/2025: Art. 7º V - Fundos ou ETF de Renda Fixa em Geral

Disponibilidade dos recursos: D+0

Objetivo do Fundo: O objetivo do FUNDO é acompanhar a performance do CDI

Assim, considerando ainda a diversificação de instituições financeiras e taxas de transferência bancária, opta por aplicar e resgatar valores nas próprias instituições em que recebe valores a título de arrecadação vez que a rentabilidade apresentada dos fundos acaba sendo muito semelhante em virtude das variações atualmente existente, evitando assim o pagamento desnecessário de taxas para alocação em fundo com igual rentabilidade de outra instituição financeira, mantendo assim a distribuição de valores (recebimento de valores arrecadação Câmara de Vereadores e servidor licenciado). O valor de compensação previdenciária recebida em fundo do Banco do Brasil foi aplicada em fundo que possuímos do próprio Banco enquadrado no artigo 7º, I. Os valores de arrecadação e parcelamento foram alocados no fundo Banrisul Absoluto enquadrado no artigo 7º, I, que também pode ser utilizado para o pagamento dos benefícios (disponibilidade dos recursos D+0 e saldo disponível para efetivar a operação). O recolhimento dos valores de arrecadação da Câmara de Vereadores pagos em conta do Sicredi foram investidos em fundo que possuímos no próprio Sicredi enquadrado no artigo 7º, I, mantendo-se as movimentações de investimentos nos fundos enquadrados no artigo 7º, inciso I que já tínhamos, otimizando e evitando assim o pagamento de taxas bancárias de transferência. Para o pagamento dos benefícios foi realizado resgate do fundo Banco Brasil BB Perfil em virtude da sua rentabilidade e retorno comparado com outros fundos.

Política de Investimentos:

Em relação a Política de Investimentos foi verificado o enquadramento da carteira em relação aos limites e condições estabelecidos na legislação vigente, especialmente na Resolução CMN 5272/2025. Registra-se que considerando a nova Resolução CMN 5272/2025 a qual estabelece um prazo de até dois anos para ajuste da carteira de investimentos em relação aos fundos não enquadrados devido a não possuímos certificação institucional, não sendo considerados como inobservância aos limites e requisitos estabelecidos os desenquadramentos, não devendo ser realizado novo aporte nesses fundos não enquadrados por certificação institucional. Em data de 16/06/2026 este Comitê de Investimentos ao realizar a conferência dos extratos de movimentações financeiras de aplicações e resgates efetivadas no mês de maio/2026 para fins de

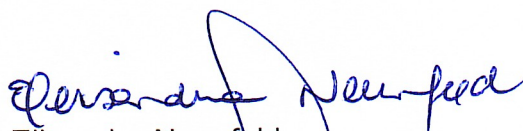


**FUNDO DE APOSENTADORIA E
PENSÃO DO SERVIDOR - FAPES
CERRO LARGO - RS**



lançamento das informações no DAIR no sistema CADPREV verificou que erroneamente foi realizada aplicação de valor decorrente do pagamento de CUPOM no montante de R\$ 10.193,81 (dez mil reais cento e noventa e três reais e oitenta e um centavos). Na data de 18/05/2026 ocorreu o pagamento de CUPOM do Fundo CI CAIXA BRASIL 2027 TP RF RL CNPJ 45.443.514/0001-05 no valor de R\$ 10.193,81 (dez mil reais cento e noventa e três reais e oitenta e um centavos) na conta corrente 104 / 0466 / 3703575216431-8. Em data de 25/05/2026 equivocadamente foi realizada aplicação no Fundo CAIXA FI BRASIL REF. DI LONGO PRAZO, CNPJ 03.737.206/0001-97 no valor de R\$ 10.193,81 (dez mil reais cento e noventa e três reais e oitenta e um centavos), e tendo em vista que não possuímos certificação institucional pró gestão a aplicação no referido fundo não é compatível para aplicação. Assim, com o intuito de regularizar a situação dos investimentos do RPPS e corrigir, em data de 16 de junho de 2026 foi realizado resgate no valor de R\$ 10.193,81 (dez mil reais cento e noventa e três reais e oitenta e um centavos) do Fundo CAIXA FI BRASIL REF. DI LONGO PRAZO, CNPJ 03.737.206/0001-97 e posterior aplicação do referido valor R\$ 10.193,81 (dez mil reais cento e noventa e três reais e oitenta e um centavos) no Fundo CAIXA BRASIL IRFM-1 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LTDA FIF RENDA FIXA, CNPJ 10.740.670/0001-06, fundo compatível com o nível de governança do nosso RPPS, realizando posterior registro para encaminhamento de documentação para compor resposta formal à notificação emitida pelo Ministério da Previdência em virtude da entrega do DAIR mês de maio/2026 no que tange ao desatendimento da carteira de investimentos, o que em data de 24/06/2026 foi regularizada junto ao sistema CADPREV, em virtude da regularização da situação identificada com a realocação dos recursos. Assim, o RPPS para fins de ajuste e conformidade com o previsto na legislação vigente adotou as medidas cabíveis para o saneamento da irregularidade identificada.

Cerro Largo, RS, 25 de junho de 2026.


Elisandra Neunfeld
Membro Comitê de Investimentos

Rodrigo Mpscon Kuhn
Membro Comitê de Investimentos


Vanise Beatriz Brum
Membro Comitê de Investimentos

Assunto: MPS-CADPREV Notificação nº 2026.005081.01

De: nao-resposta.cadprev@previdencia.gov.br

Data: 17/06/2026, 17:43

Para: rppscerrolargo@cerrolargo.rs.gov.br

Aos Representantes Legais do Ente Federativo e da Unidade Gestora do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS

UF: RS

Ente: Cerro Largo

Comunicamos a emissão da Notificação identificada a seguir:

Competência: 5/2026

Tipo de Documento: DAIR

Critério Analisado: Nível de certificação institucional inferior ao requerido para a carteira do RPPS

Descrição do Critério Analisado: Por meio do Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos - DAIR, os entes federativos informam os dados analíticos das aplicações dos recursos do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) por eles instituídos, em atendimento ao art. 9º, parágrafo único, da Lei nº 9.717, de 1998 e art. 241, inciso IV, alínea "b" da Portaria MTP nº 1.467/2022, possibilitando verificar se estão em conformidade com a Resolução nº 5.272/2025, do Conselho Monetário Nacional (CMN). Foram identificados as seguintes aplicações em desacordo com a referida Resolução do CMN:

Situação Atual da Notificação: Notificação emitida. Aguardando resposta

Data da Situação de Irregularidade: 17/06/2026

Número da Notificação: 2026.005081.01

Texto da Notificação: Nível de certificação institucional inferior ao requerido para a carteira do RPPS

Segmento: Renda Fixa; Tipo de Ativo: Fundo/Classe de Investimento em Renda Fixa/ETF sem sufixo Crédito Privado, Art. 7º V; Identificação do Ativo: 03737206000197

Data da Notificação: 2026-06-17 14:56:32.147

Vencimento da Notificação: 17/06/2026

Para consultar o Relatório de Pendências relativo ao critério "Aplicações e Investimento de Recursos", as Notificações emitidas, a Conclusão das Análises ou enviar Respostas às Notificações, acesse o Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social - CADPREV (disponível em <http://cadprev.previdencia.gov.br>).

Caso a resposta à Notificação envolva a necessidade de retificar o respectivo Demonstrativo de Aplicações e Investimento de Recursos - DAIR, esta poderá ser efetuada diretamente no CADPREV.

Outras informações podem ser obtidas em <http://www.previdencia.gov.br/regimes-proprios/investimentos-do-rpps>.

1. Este e-mail foi enviado automaticamente, não é necessário responder.
2. Esta é uma mensagem automática do sistema CADPREV do Ministério da Previdência Social. Se você não for o destinatário, ou a pessoa autorizada a receber esta mensagem, não deverá usar, copiar ou divulgar as informações nela contida, ou tomar qualquer ação baseada em seu conteúdo. Caso tenha recebido esta mensagem por engano, por favor, apague-a, caso não queira mais receber esta mensagem entre em contato com o setor de cadastro do CADPREV.

Agradecemos sua cooperação.

CADPREV

Consultar Notificações Irregularidades

Os campos precedidos com asterisco(*) são de preenchimento obrigatório.

Dados da Consulta

Critério Analisado:

<Todos>

Situação do Critério Analisado:

<Todos>

Data da Situação do Critério Analisado:

DAIR(s) Selecionado(s):

87.612.990/0001-05 - 2026 - Maio - DAIR - Encerramento do Mês

Consultar

Cancelar

UF	Ente	CNPJ do Ente	Mês	Finalidade do DAIR	Data da Posição	Data de Envio	Critério Analisado	Situação do Critério Analisado	Data da Situação do Critério Analisado	Nº Notificação	Detalh
RS	Município de Cerro Largo	87.612.990/0001-05	Maio	DAIR - Encerramento do Mês	31/05/2026	17/06/2026	Nível de certificação institucional inferior ao requerido para a carteira do RPPS	Regular por Análise	19/06/2026	2026.005081.01	

Voitar

Gerar listagem em planilha

[Saltar para o Início \[1\]](#) [Saltar para o Menu \[2\]](#)
[Saltar para o conteúdo \[3\]](#)

Versão: 1.68.11.00.
(17/06/2026 13:47:45)

CADPREV - Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social

Os campos precedidos com asterisco(*) são de preenchimento obrigatório.

Critério Analisado

UF:	RS
Ente:	Município de Cerro Largo
CNPJ do Ente:	87.612.990/0001-05
Exercício:	2026.
Mês:	Maio
Finalidade do DAIR:	DAIR - Encerramento do Mês
Data da Posição:	31/05/2026
Data do Envio:	17/06/2026
Nº Notificação:	2026.005081.01
Critério Analisado:	Nível de certificação institucional inferior ao requerido para a carteira do RPPS
Tipo de Documento:	IR
Descrição do Critério Analisado:	De acordo com o Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos - DAIR, os entes federativos informam os dados analíticos das aplicações dos recursos do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) por eles instituídos, em atendimento ao art. 9º, parágrafo único, da Lei nº 9.717, de 1998 e art. 241, inciso IV, alínea "b" da Portaria MTP nº 1.467/2022, possibilitando verificar se estão em conformidade com a Resolução nº 5.272/2025, do Conselho Monetário Nacional (CMN). Foram identificados as seguintes aplicações em desacordo com a referida Resolução do CMN:
Fundamentação Legal:	Resolução CMN. Art. 6º, § 3º Nos termos do art. 6º, § 3º, os limites de aplicação dos RPPS são definidos de forma diferenciada conforme o nível de aderência ao programa de certificação institucional do Ministério da Previdência Social, variando desde a ausência de certificação até os níveis I, II, III e IV.
Orientações:	Para regularizar o Item de Análise que gerou a presente Notificação, deverá ser apresentado o certificado de institucional do pré-gestão compatível com a carteira do RPPS.

Conclusão do Critério Analisado

Elementos Analisados:	Carteira de Investimentos informada no respectivo Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos - DAIR.
Resultado da Avaliação:	Conforme informações extraídas do DAIR, constatou-se que a carteira do RPPS não esta aderente ao nível de pré-gestao exigido.
Situação do Critério Analisado:	Regular por Análise
Data da Situação do Critério Analisado:	25/06/2026

Anexos

Arquivos/Pareceres

Dados da Notificação

Número da Notificação:

2026.005081.01

Notificação:

Nível de certificação institucional inferior ao requerido para a carteira do RPPS Segmento: Renda Fixa; Tipo de Ativo: Fundo/Classe de Investimento em Renda Fixa/ETF sem sufixo Crédito Privado, Art. 7º V; Identificação do Ativo: 03737206000197

Consequências em caso de não atendimento:

O não atendimento irá impossibilitar de renovar o Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) até que seja comprovado que as aplicações dos recursos do seu Regime Próprio de Previdência Social atendem ao disposto em Resolução do Conselho Monetário Nacional.

Informações para regularização:

A Resolução do CMN visa assegurar que as aplicações dos recursos dos RPPS atendam às condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação à natureza de suas obrigações e transparência. Estabelece, ainda, os segmentos e limites a serem cumpridos pela unidade gestora do RPPS.

Prazo para Resposta (Dias):

Data da emissão:

17/06/2026

Estado da Notificação/Irregularidade

Estado Atual:

Ativa

Resposta

Resposta:

Realocação de recurso realizado, para enquadrar novamente. Ao realizar a conferência dos extratos fornecidos pelo setor competente com o intuito de lançamento das informações no DAIR no sistema CADPREV e registro mensal das informações e análises dos documentos e emissão de pareceres por parte do Comitê de Investimentos verificamos a falha ocorrida, vez que considerando os termos da Resolução CMN 5.272/2025 o nosso Município não possui certificação institucional pró gestão e portanto não possui nível de governança compatível para aplicação no referido fundo. Assim, com o intuito de regularizar a situação dos investimentos do RPPS e corrigir a situação relacionada ao enquadramento dos investimentos conforme a nova regulamentação, em data de 16 de junho de 2026 foi realizado resgate no valor de R\$ 10.193,81 (dez mil reais cento e noventa e três reais e oitenta e um centavos) do Fundo CAIXA FI BRASIL REF. DI LONGO PRAZO, CNPJ 03.737.206/0001-97 e posterior aplicação do referido valor R\$ 10.193,81 (dez mil reais cento e noventa e três reais e oitenta e um centavos) no Fundo CAIXA BRASIL IRFM-1 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LTDA FIF RENDA FIXA, CNPJ 10.740.670/0001-06, fundo compatível com o nível de governança do nosso RPPS, realizando posterior registro para encaminhamento de documentação para compor resposta formal à notificação a ser emitida pelo Ministério da Previdência em virtude da entrega do DAIR mês de maio/2026 no que tange ao desatendimento da carteira de investimentos em virtude dessa aplicação errônea realizada, regularizando-se assim a situação identificada com a realocação dos recursos. EXTRATOS em Anexo,

Observações:

Data da Resposta:

19/06/2026 16:33:17

Legislação:

Autor:

ELISANDRA SOLANGE VORPAGEL NEUNFELD

Arquivos/Pareceres

Extrato Cerro Largo.pdf

Análise

Data Limite de Prorrogação:

Análise:

A presente notificação apresenta irregularidade na aplicação no Fundo: 03.737.206/0001-97 - FUNDO DE INVESTIMENTO CAIXA BRASIL RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO, conforme APR de MAIO/2026, O Tipo de Ativo exige o nível mínimo de pró-gestao [Nível II]. O nível de pró-gestão do ente é [Sem Nível]. Orientamos que NÃO sejam realizadas novas aplicações no fundo e também recomendamos que sejam realizados resgates para o correto enquadramento.

Prazo para Complementar Resposta (Dias):

Observações:

Data da Análise:

19/06/2026 17:34:54

Conclusão da Análise:

Sem Pendência, Irregularidade Sanada



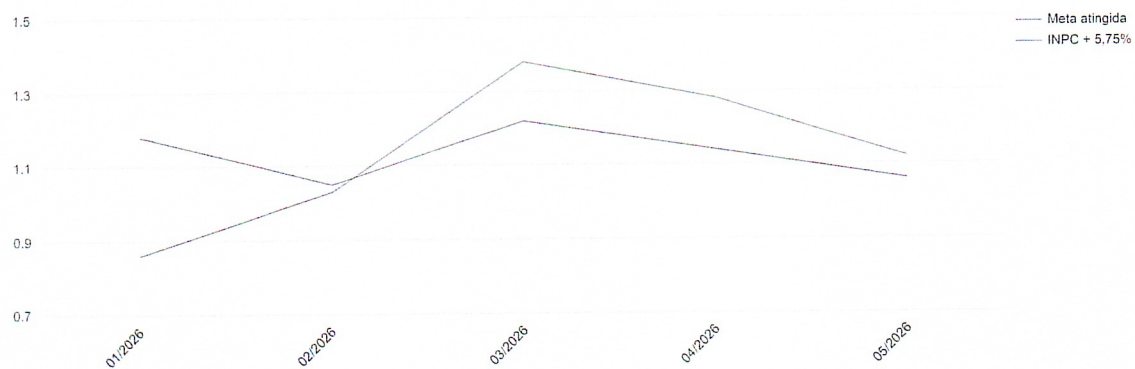
Relatório Rentabilidade x Meta RPPS - CERRO LARGO

RELATÓRIO DA RENTABILIDADE - RPPS: CERRO LARGO - 05/2026			
Fundo de investimento	Rendimentos R\$	% Rentab. Ano	% Meta de 2026
BANRISUL ABSOLUTO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	R\$ 1.142.410,26	5,69%	98,17%
BANRISUL SOBERANO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA SIMPLES LP	R\$ 27.268,50	5,53%	95,33%
BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	R\$ 237.515,78	6,12%	105,47%
BB IMA-B 5 RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO LP	R\$ 115.905,83	6,14%	105,93%
BB IMA-B RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	R\$ 92.278,56	5,03%	86,65%
BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	R\$ 34.333,99	5,31%	91,55%
BB PERFIL RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	R\$ 756.147,24	5,70%	98,36%
BB TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2026 RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	R\$ 7.261,09	7,15%	123,34%
CAIXA BRASIL 2027 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	R\$ 22.139,25	3,63%	62,67%
CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	R\$ 130.443,71	6,10%	105,21%
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	R\$ 213.812,47	6,15%	105,99%
CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	R\$ 28.925,33	5,08%	87,54%
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	R\$ 23.913,63	5,36%	92,39%
CAIXA BRASIL MATRIZ RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	R\$ 160.137,67	5,67%	97,85%
CAIXA BRASIL RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	R\$ 576.151,08	5,68%	98,01%
ISHARES IBOVESPA RESP LIMITADA FUNDO DE ÍNDICE - BOVA11	R\$ 984,01	7,96%	137,16%
LF SANTANDER (11/03/2027)	R\$ 63.209,37	5,65%	97,50%
LF SANTANDER (11/10/2027)	R\$ 57.018,42	5,23%	90,18%
SICREDI BAIXO RISCO RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO LP	R\$ 73.310,50	5,61%	96,71%
SICREDI LIQUIDEZ EMPRESARIAL DI RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	R\$ 690.996,12	5,73%	98,72%
RENTABILIDADE ACUMULADA:	R\$ 4.454.162,80		

RPPS	CERRO LARGO	
	Mensal	Ano
Data Base	05/2026	2026
Rentabilidade R\$	R\$ 862.012,11	R\$ 4.454.162,80
Rentabilidade %	1,06%	5,7846%
Meta Política de Investimento		INPC + 5,75%
Meta período %	1,12%	5,80%
% alcançado da meta no período	95,01%	99,74%



Gráfico - Rentabilidade x Meta (mês a mês)





RELATÓRIO ENQUADRAMENTO - FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO DO SERVIDOR DE CERRO LARGO-FAPES

Fundo de Investimento	Saldo	Enquadramento	% Recurso	Enquadramento segmento	PL Fundo	% PL Fundo	Limite de concentração	Por Certificação	
BANRISUL ABSOLUTO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	22.677.805,45	Classe FI 100% TP - Art. 7º, I	27,70%	-	-	7.996.138.770,06	0,28%	ENQUADRADO	ENQUADRADO
BANRISUL SOBERANO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA SIMPLES LP	507.833,06	Classe FI 100% TP - Art. 7º, I	0,62%	-	-	517.070.077,14	0,10%	ENQUADRADO	ENQUADRADO
BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	4.120.547,49	Classe FI 100% TP - Art. 7º, I	5,03%	-	-	4.473.275.604,44	0,09%	ENQUADRADO	ENQUADRADO
BB IMA-B 5 RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO LP	2.002.611,87	Classe FI 100% TP - Art. 7º, I	2,45%	-	-	3.900.572.357,64	0,05%	ENQUADRADO	ENQUADRADO
BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	881.558,50	Classe FI 100% TP - Art. 7º, I	1,08%	-	-	12.021.611.750,73	0,01%	ENQUADRADO	ENQUADRADO
BB TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2026 RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	107.944,24	Classe FI 100% TP - Art. 7º, I	0,13%	-	-	4.585.730.814,12	0,00%	ENQUADRADO	ENQUADRADO
CAIXA BRASIL 2027 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	340.577,49	Classe FI 100% TP - Art. 7º, I	0,42%	-	-	514.459.102,21	0,07%	ENQUADRADO	ENQUADRADO
CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	2.268.284,38	Classe FI 100% TP - Art. 7º, I	2,77%	-	-	2.989.959.493,72	0,08%	ENQUADRADO	ENQUADRADO
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	3.692.071,39	Classe FI 100% TP - Art. 7º, I	4,51%	-	-	5.559.070.584,51	0,07%	ENQUADRADO	ENQUADRADO
CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	598.663,43	Classe FI 100% TP - Art. 7º, I	0,73%	-	-	2.590.100.210,73	0,02%	ENQUADRADO	ENQUADRADO
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	470.210,64	Classe FI 100% TP - Art. 7º, I	0,57%	-	-	10.729.069.696,90	0,00%	ENQUADRADO	ENQUADRADO
SIGREDI LIQUIDEZ EMPRESARIAL DI RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	12.805.248,29	Classe FI 100% TP - Art. 7º, I	15,64%	-	-	7.564.517.973,62	0,17%	ENQUADRADO	ENQUADRADO
				50.473.356,22	61,65%	ENQUADRADO	-	-	-
BB IMA-B RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	1.928.597,13	Classe FI Renda Fixa - Art. 7º, V	2,36%	-	-	549.013.572,24	0,35%	ENQUADRADO	DESENUADRADO
BB PERFIL RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	12.049.685,91	Classe FI Renda Fixa - Art. 7º, V	14,72%	-	-	20.495.589.652,69	0,06%	ENQUADRADO	DESENUADRADO
CAIXA BRASIL MATRIZ RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	2.982.059,59	Classe FI Renda Fixa - Art. 7º, V	3,64%	-	-	9.211.055.937,70	0,03%	ENQUADRADO	DESENUADRADO
CAIXA BRASIL RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	10.722.083,91	Classe FI Renda Fixa - Art. 7º, V	13,10%	-	-	23.815.493.942,50	0,05%	ENQUADRADO	DESENUADRADO
				27.682.426,56	33,81%	ENQUADRADO	-	-	-
LF SANTANDER (11/03/2027)	1.181.018,24	Ativos RF - Art. 7º, VI	1,44%	-	-	0,00	0,00%	ENQUADRADO	DESENUADRADO
LF SANTANDER (11/10/2027)	1.147.223,90	Ativos RF - Art. 7º, VI	1,40%	-	-	0,00	0,00%	ENQUADRADO	DESENUADRADO
				2.328.242,14	2,84%	ENQUADRADO	-	-	-
SIGREDI BAIXO RISCO RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO LP	1.380.391,17	Classe FI Renda Fixa CP - Art. 7º, VII	1,69%	-	-	3.245.358.544,11	0,04%	ENQUADRADO	DESENUADRADO
				1.380.391,17	1,69%	ENQUADRADO	-	-	-
TOTAL APLICAÇÕES:				81.864.416,09	-	-	-	-	-

"As informações dos relatórios são obtidas de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, onde a responsabilidade não é assumida pela empresa. As informações disponíveis não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de fundos de investimento. Fundos de investimentos não contam com a garantia do administrador, gestor, de qualquer mecanismo seguro ou do fundo garantidor de crédito. Rentabilidade obtida no passado não é garantia de rentabilidade futura. Ao investidor é recomendado a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento ao aplicar seus recursos".

**RELATÓRIO DINÂMICO - FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO DO SERVIDOR DE CERRO LARGO-FAPES**

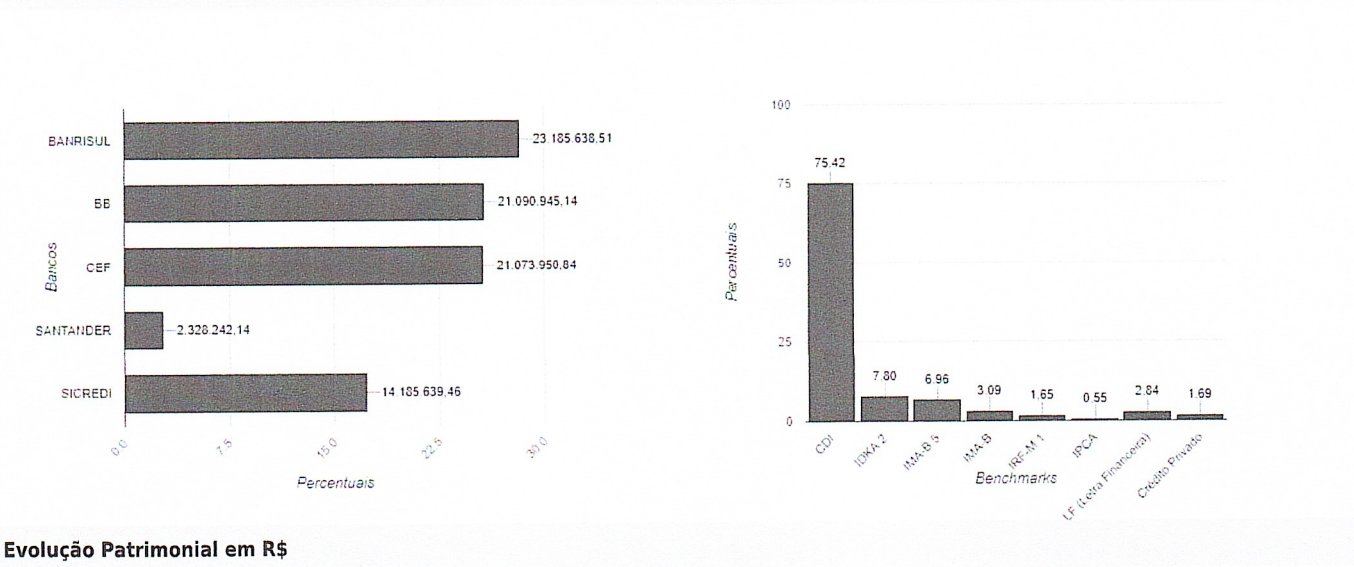
COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA	CNPJ	R\$	%
BANRISUL ABSOLUTO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	21.743.480/0001-50	R\$ 22.677.805,45	27,70%
BANRISUL SOBERANO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA SIMPLES LP	11.311.874/0001-86	R\$ 507.833,06	0,62%
BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	13.322.205/0001-35	R\$ 4.120.547,49	5,03%
BB IMA-B 5 RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO LP	03.543.447/0001-03	R\$ 2.002.611,87	2,45%
BB IMA-B RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	07.861.554/0001-22	R\$ 1.928.597,13	2,36%
BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	11.328.882/0001-35	R\$ 881.558,50	1,08%
BB PERFIL RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	13.077.418/0001-49	R\$ 12.049.685,91	14,72%
BB TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2026 RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	54.602.092/0001-09	R\$ 107.944,24	0,13%
CAIXA BRASIL 2027 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	45.443.514/0001-50	R\$ 340.577,49	0,42%
CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	14.386.926/0001-71	R\$ 2.268.284,38	2,77%
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	11.060.913/0001-10	R\$ 3.692.071,39	4,51%
CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	10.740.658/0001-93	R\$ 598.663,43	0,73%
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	10.740.670/0001-06	R\$ 470.210,64	0,57%
CAIXA BRASIL MATRIZ RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	23.215.008/0001-70	R\$ 2.982.059,59	3,64%
CAIXA BRASIL RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	03.737.206/0001-97	R\$ 10.722.083,91	13,10%
LF SANTANDER (11/03/2027)	11.032.027/0001-27	R\$ 1.181.018,24	1,44%
LF SANTANDER (11/10/2027)	11.102.027/0000-00	R\$ 1.147.223,90	1,40%
SICREDI BAIXO RISCO RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO LP	21.170.347/0001-52	R\$ 1.380.391,17	1,69%
SICREDI LIQUIDEZ EMPRESARIAL DI RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	24.634.187/0001-43	R\$ 12.805.248,29	15,64%
Total: R\$ 81.864.416,09			100,00%

COMPETÊNCIA	SALDO RPPS	RENDIMENTOS DO ANO	RENTABILIDADE MÊS	RENTABILIDADE ACUMULADA	META ATUARIAL ACUMULADA
05/2026	R\$ 81.864.416,09	R\$ 4.454.162,80	1,06%	5,78%	5,80%

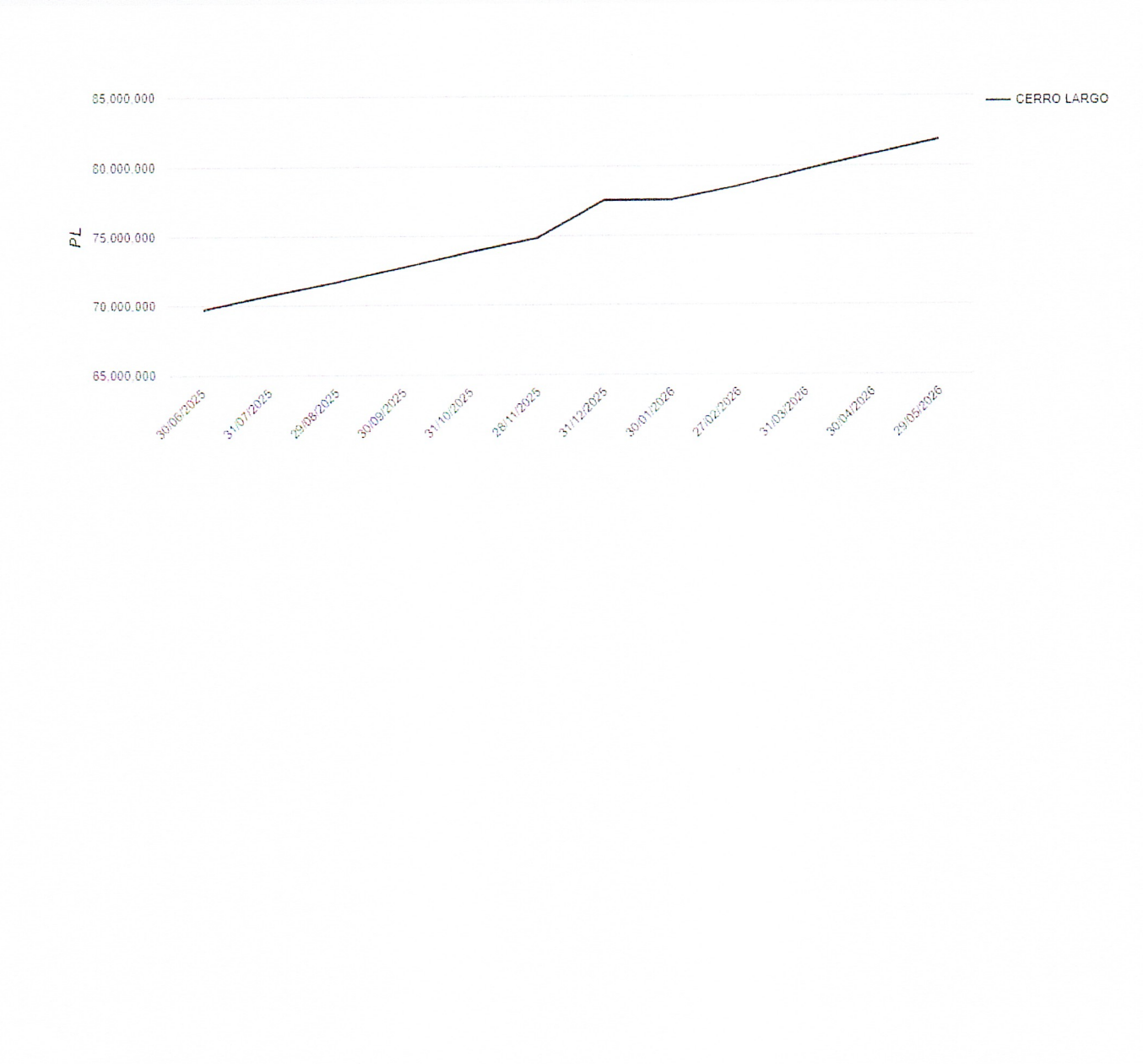


Percentual por Instituições Financeiras

Percentual por Benchmark



Evolução Patrimonial em R\$



"As informações dos relatórios são obtidas de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, onde a responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela empresa. As informações disponíveis não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de fundos de investimento. Fundos de investimentos não contam com a garantia do administrador, gestor, de qualquer mecanismo seguro ou do fundo garantidor de crédito. Rentabilidade obtida no passado não é garantia de rentabilidade futura. Ao investidor é recomendado a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento ao aplicar seus recursos".

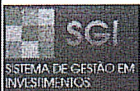


REFERÊNCIA
GESTÃO E RISCO

**FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO DO SERVIDOR DE CERRO LARGO-
FAPES**

CONJUNTURA ECONÔMICA E FINANCEIRA

05/2026



Av. Getúlio Vargas 1151 – sala 1611 | Bairro: Menino Deus | CEP: 90150-005 | Porto Alegre/RS | Fone: (051) 3207.8059

INTRODUÇÃO

Neste relatório disponibilizamos a conjuntura econômica financeira para a gestão financeira do **RPPS**, com dados relevantes ao mês.

A EMPRESA tem como base o comprometimento, a ética profissional e a transparência na troca de informações com nossos clientes, ou seja, é a prestação de serviços de qualidade com o comprometimento das legislações vigentes.

Nosso trabalho consiste em analisar os produtos que o investidor apresente, nos baseando em um processo eficiente e fundamentado, processo esse que ande junto com os objetivos do investidor. Junto a isto podemos emitir um parecer quanto às características e risco de cada produto.

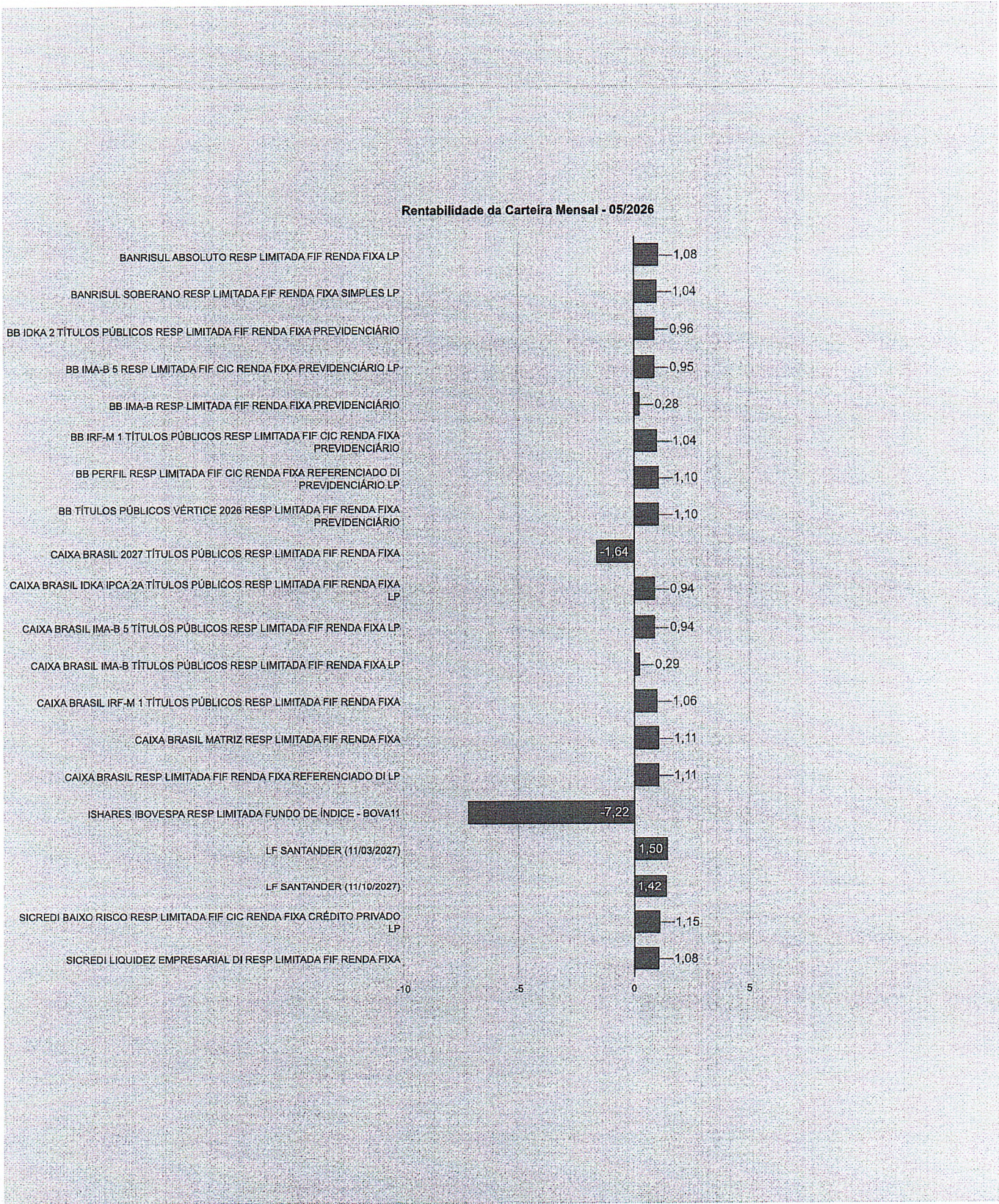
Com isso exposto, demostramos toda nossa transparência quanto às intuições financeiras e produtos por elas distribuídos, não nos permitindo a indicação de instituições financeiras.

Relatório para uso exclusivo do RPPS, não sendo permitida a reprodução ou distribuição por este a qualquer pessoa ou instituição, sem a autorização da EMPRESA. As informações foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela EMPRESA, observando-se a data que este relatório se refere.

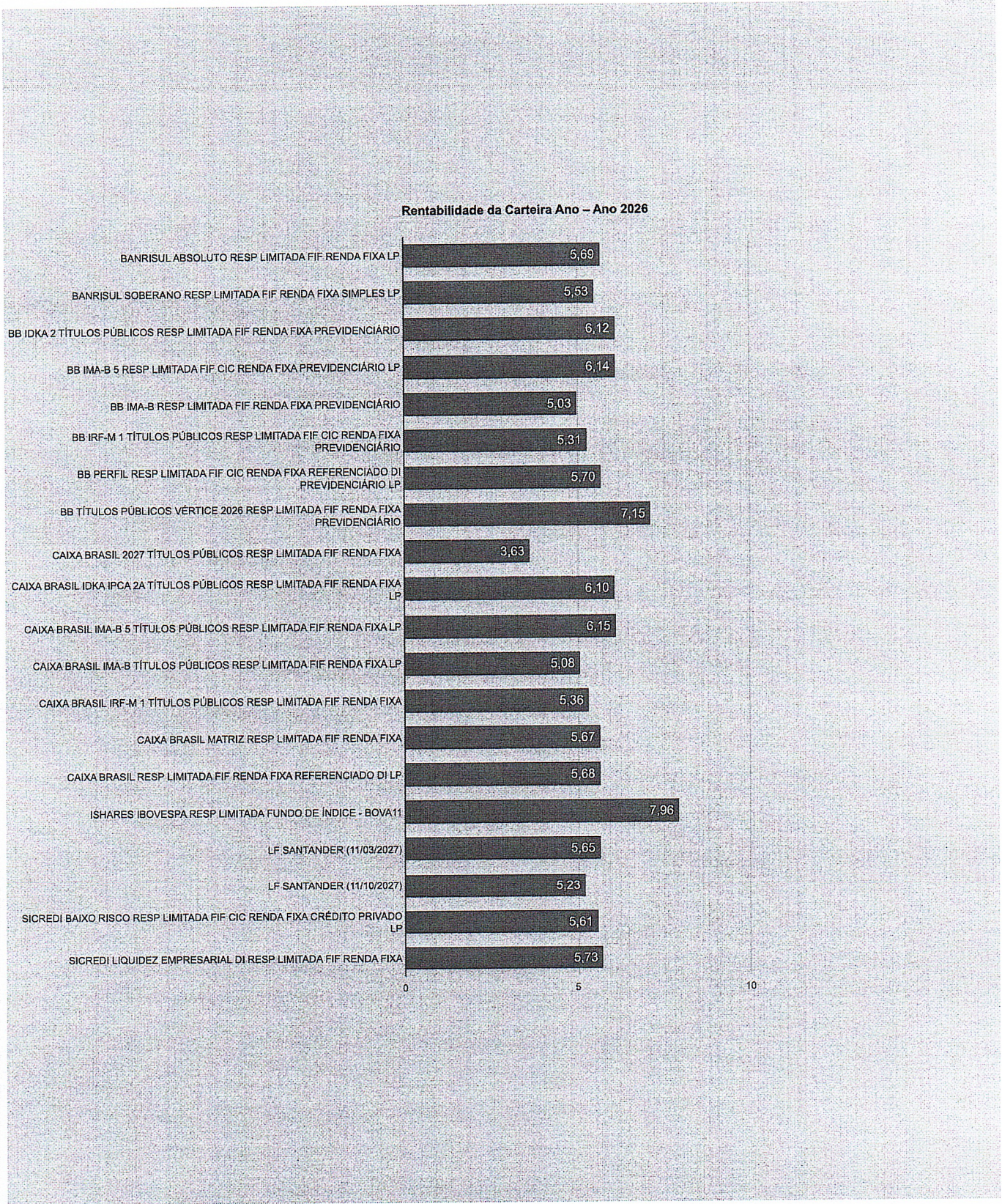
Abaixo apresentamos uma tabela onde informamos a rentabilidade em percentuais do mês, últimos seis meses e do ano. Também está sendo demonstrado a rentabilidade em reais do mês e do ano. Ambas informações estão sendo utilizadas a data-base do mês deste relatório.

RENTABILIDADE					
Fundos de Investimento	05/2026 (%)	Últimos 6 meses (%)	No ano (%)	05/2026 (R\$)	ANO (R\$)
BANRISUL ABSOLUTO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	1,08%	6,98%	5,69%	237.651,65	1.142.410,26
BANRISUL SOBERANO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA SIMPLES LP	1,04%	6,78%	5,53%	5.221,30	27.268,50
BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	0,96%	7,21%	6,12%	39.221,59	237.515,78
BB IMA-B 5 RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO LP	0,95%	7,13%	6,14%	18.790,30	115.905,83
BB IMA-B RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	0,28%	5,32%	5,03%	5.413,18	92.278,56
BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	1,04%	6,50%	5,31%	8.905,62	34.333,99
BB PERFIL RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	1,10%	7,00%	5,70%	142.516,41	756.147,24
BB TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2026 RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	1,10%	8,19%	7,15%	1.170,27	7.261,09
CAIXA BRASIL 2027 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	-1,64%	4,75%	3,63%	4.529,90	22.139,25
CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	0,94%	7,24%	6,10%	21.157,74	130.443,71
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	0,94%	7,14%	6,15%	34.398,63	213.812,47
CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	0,29%	5,38%	5,08%	1.748,73	28.925,33
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	1,06%	6,56%	5,36%	4.913,06	23.913,63
CAIXA BRASIL MATRIZ RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	1,11%	6,94%	5,67%	32.795,48	160.137,67
CAIXA BRASIL RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	1,11%	6,98%	5,68%	117.485,11	576.151,08
ISHARES IBOVESPA RESP LIMITADA FUNDO DE ÍNDICE - BOVA11	-7,22%	9,49%	7,96%	0,00	984,01
LF SANTANDER (11/03/2027)	1,50%	6,46%	5,65%	17.439,60	63.209,37
LF SANTANDER (11/10/2027)	1,42%	5,94%	5,23%	16.038,74	57.018,42
SICREDI BAIXO RISCO RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO LP	1,15%	6,91%	5,61%	15.718,65	73.310,50
SICREDI LIQUIDEZ EMPRESARIAL DI RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	1,08%	7,01%	5,73%	136.896,15	690.996,12
Total:				862.012,11	4.454.162,80

O gráfico abaixo apresenta a rentabilidade dos fundos de investimento no mês de referência, evidenciando o desempenho individual de cada ativo no período. A visualização permite identificar a variação mensal dos resultados, conforme os fundos que compõem a carteira do RPPS.



O gráfico apresentado demonstra a rentabilidade acumulada dos fundos de investimento no ano corrente, permitindo o acompanhamento do desempenho dos ativos ao longo do período. A informação complementa a análise dos resultados, considerando a evolução da rentabilidade desde o início do exercício.



Enquadramento 5.272/2025 e suas alterações – Política de Investimento

Enquadramento	Valor Aplicado (R\$)	% Aplicado	% Limite alvo	% Limite Superior	Status
Classe FI 100% TP - Art. 7º, I - Classe FI 100% TP - Art. 7º, I	50.473.356,22	61,65%	99,50%	100,00%	ENQUADRADO
Classe FI Renda Fixa - Art. 7º, V - Classe FI Renda Fixa - Art. 7º, V	27.682.426,56	33,81%	-	45,00%	ENQUADRADO
Ativos RF - Art. 7º, VI - Ativos RF - Art. 7º, VI	2.328.242,14	2,84%	-	4,00%	ENQUADRADO
Classe FI Renda Fixa CP - Art. 7º, VII - Classe FI Renda Fixa CP - Art. 7º, VII	1.380.391,17	1,69%	-	2,50%	ENQUADRADO
Total:	81.864.416,09	100,00%	99,50%		

Na tabela abaixo mostramos a composição da carteira por fundo de investimentos do RPPS no mês deste relatório, na sequência uma tabela com a composição dos investimentos por benchmark e um gráfico com a porcentagem investida em cada fundo de investimento.

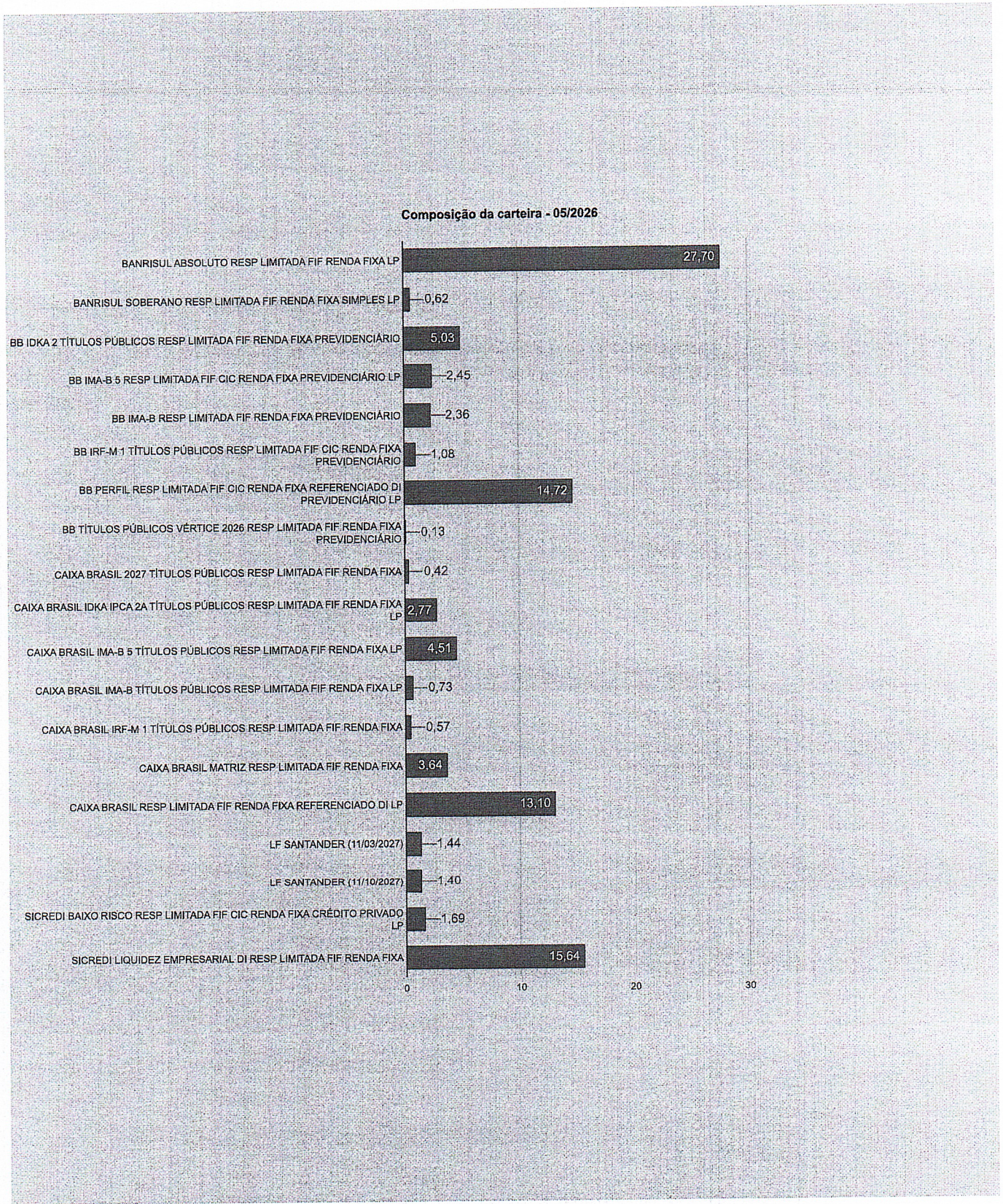
Composição da Carteira	05/2026	
	R\$	%
BANRISUL ABSOLUTO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	22.677.805,45	27,70
BANRISUL SOBERANO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA SIMPLES LP	507.833,06	0,62
BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	4.120.547,49	5,03
BB IMA-B 5 RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO LP	2.002.611,87	2,45
BB IMA-B RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	1.928.597,13	2,36
BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	881.558,50	1,08
BB PERFIL RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	12.049.685,91	14,72
BB TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2026 RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	107.944,24	0,13
CAIXA BRASIL 2027 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	340.577,49	0,42
CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	2.268.284,38	2,77
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	3.692.071,39	4,51
CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	598.663,43	0,73
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	470.210,64	0,57
CAIXA BRASIL MATRIZ RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	2.982.059,59	3,64
CAIXA BRASIL RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	10.722.083,91	13,10
LF SANTANDER (11/03/2027)	1.181.018,24	1,44
LF SANTANDER (11/10/2027)	1.147.223,90	1,40
SICREDI BAIXO RISCO RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO LP	1.380.391,17	1,69
SICREDI LIQUIDEZ EMPRESARIAL DI RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	12.805.248,29	15,64
Total:	81.864.416,09	100,00

Disponibilidade em conta corrente:	296,74
Montante total - Aplicações + Disponibilidade:	81.864.712,83

A composição por benchmark demonstra a distribuição dos recursos de acordo com os indexadores de referência dos investimentos. Essa segmentação permite identificar a exposição da carteira aos diferentes indicadores de mercado utilizados como base para os ativos investidos.

Composição por segmento		
Benchmark	%	RS
CDI	75,42	61.744.716,22
IDKA 2	7,80	6.388.831,88
IMA-B 5	6,96	5.694.683,25
IMA-B	3,09	2.527.260,57
IRF-M 1	1,65	1.351.769,13
IPCA	0,55	448.521,73
LF (Letra Financeira)	2,84	2.328.242,14
Crédito Privado	1,69	1.380.391,17
Total:	100,00	81.864.416,09

O gráfico apresentado ilustra a distribuição percentual da carteira entre os fundos de investimento, conforme os valores aplicados no período. A visualização permite melhor compreensão da representatividade de cada ativo na composição total da carteira.



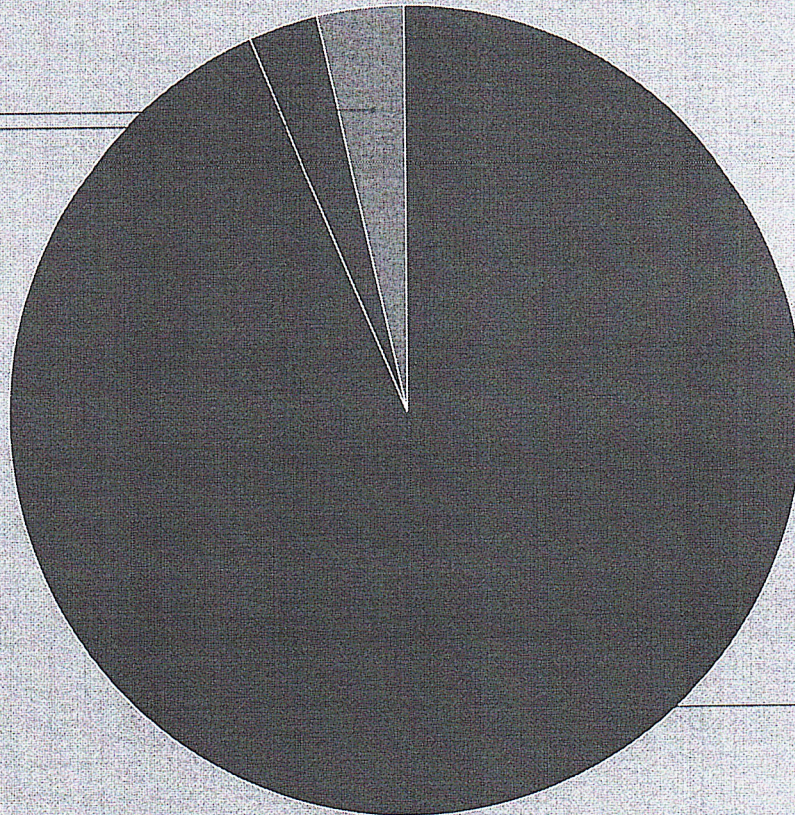
Abaixo apresentamos uma tabela onde informamos o risco em percentuais do mês e do ano corrente, considerando a metodologia de Value at Risk (VaR), bem como o valor e percentual alocado em cada fundo de investimento. As informações permitem o acompanhamento da exposição ao risco dos investimentos no período analisado. Na página seguinte, demonstramos a carteira por grau de risco em forma de gráfico.

Fundos de Investimentos	RISCO		ALOCÇÃO	
	VAR 95% - CDI			
	05/2026	Ano	R\$	%
BANRISUL ABSOLUTO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	0,01%	0,01%	22.677.805,45	27,70
BANRISUL SOBERANO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA SIMPLES LP	0,01%	0,01%	507.833,06	0,62
BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	0,68%	0,86%	4.120.547,49	5,03
BB IMA-B 5 RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO LP	0,65%	0,88%	2.002.611,87	2,45
BB IMA-B RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	1,71%	2,30%	1.928.597,13	2,36
BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	0,15%	0,22%	881.558,50	1,08
BB PERFIL RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	0,01%	0,02%	12.049.685,91	14,72
BB TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2026 RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	0,20%	0,31%	107.944,24	0,13
CAIXA BRASIL 2027 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	4,94%	2,23%	340.577,49	0,42
CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	0,68%	0,92%	2.268.284,38	2,77
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	0,65%	0,89%	3.692.071,39	4,51
CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	1,70%	2,31%	598.663,43	0,73
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	0,16%	0,23%	470.210,64	0,57
CAIXA BRASIL MATRIZ RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	0,03%	0,06%	2.982.059,59	3,64
CAIXA BRASIL RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	0,02%	0,03%	10.722.083,91	13,10
LF SANTANDER (11/03/2027)	2,53%	1,87%	1.181.018,24	1,44
LF SANTANDER (11/10/2027)	2,39%	1,74%	1.147.223,90	1,40
SICREDI BAIXO RISCO RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO LP	0,06%	0,06%	1.380.391,17	1,69
SICREDI LIQUIDEZ EMPRESARIAL DI RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	0,01%	0,02%	12.805.248,29	15,64
Total:			81.864.416,09	100,00

% Alocado por Grau de Risco - 05/2026

MÉDIO/
ALTO -
3,50%

BAIXO/
MÉDIO -
2,84%



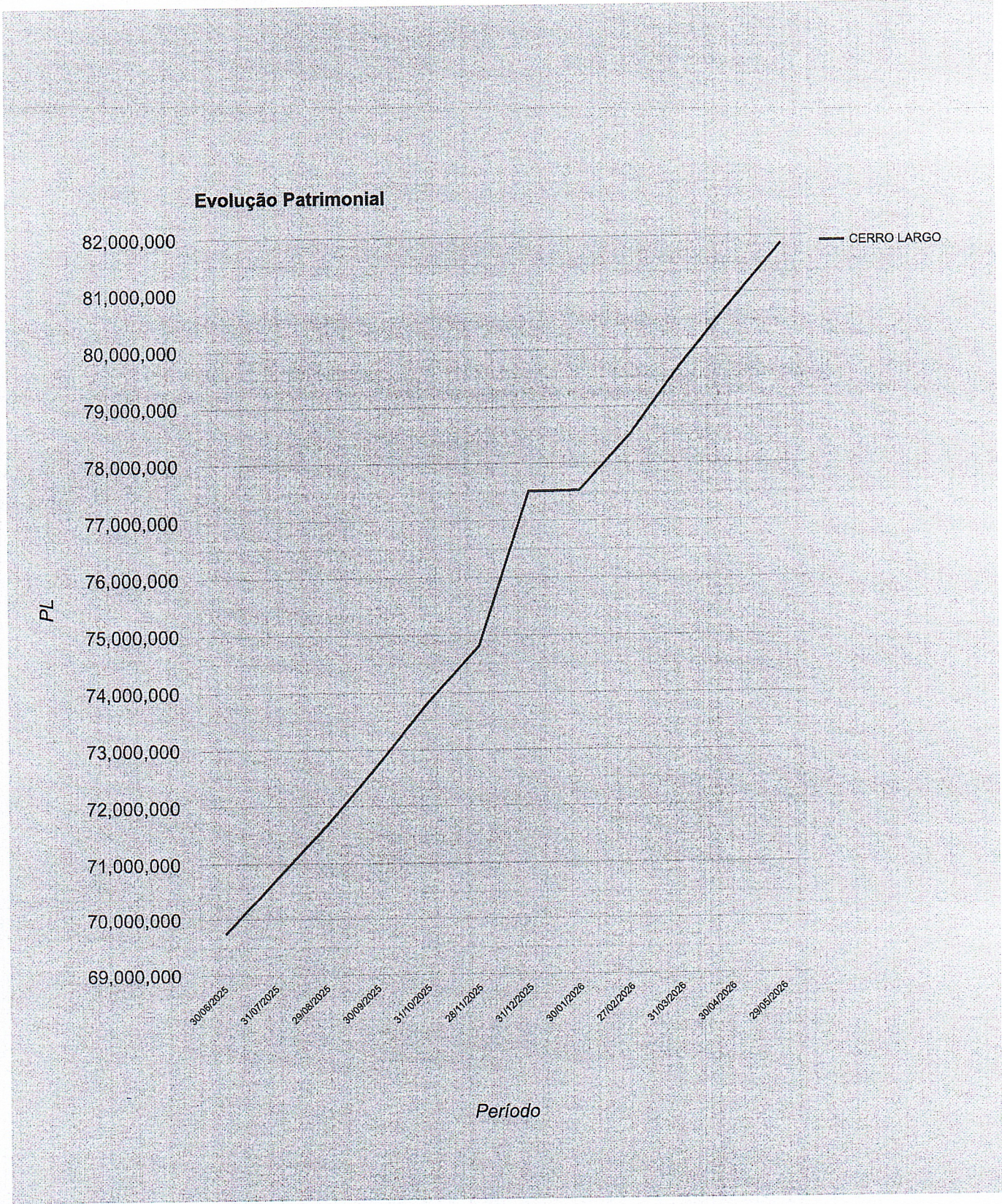
BAIXO -
93,65%

O Gráfico acima se refere a exposição em risco da carteira de investimento do RPPS, ou seja, os percentuais demonstrados mostram o volume alocado em % exposto ao risco de mercado. Saliento que a medida esta sendo levando em consideração o cenário atual e as expectativas.

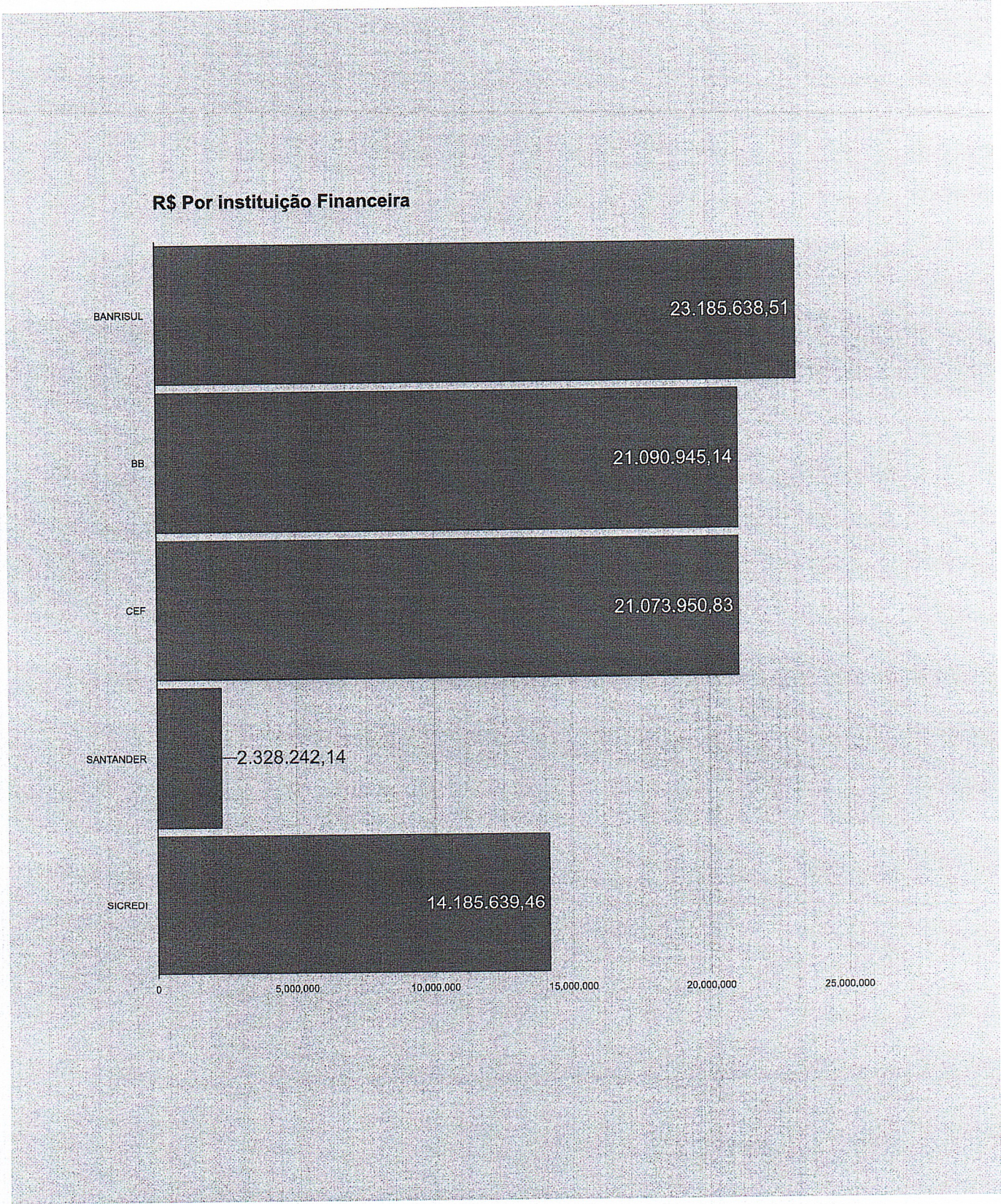
A seguir mostraremos um comparativo em percentuais entre alguns benchmarks selecionados, a meta da Política de Investimento do período e a rentabilidade acumulada atingida, mês a mês pelo RPPS.

	Benchmarks					
	IMA Geral	IMA B	IRF-M 1	Ibovespa	INPC + 5,75%	CERRO LARGO
01/2026	1,31%	1,00%	1,20%	12,56%	0,86%	1,18%
02/2026	1,18%	1,79%	1,02%	4,09%	1,03%	1,05%
03/2026	0,55%	0,17%	1,02%	-0,70%	1,38%	1,22%
04/2026	1,34%	1,81%	0,99%	-0,08%	1,28%	1,14%
05/2026	0,43%	0,05%	0,60%	-2,55%	1,12%	1,06%

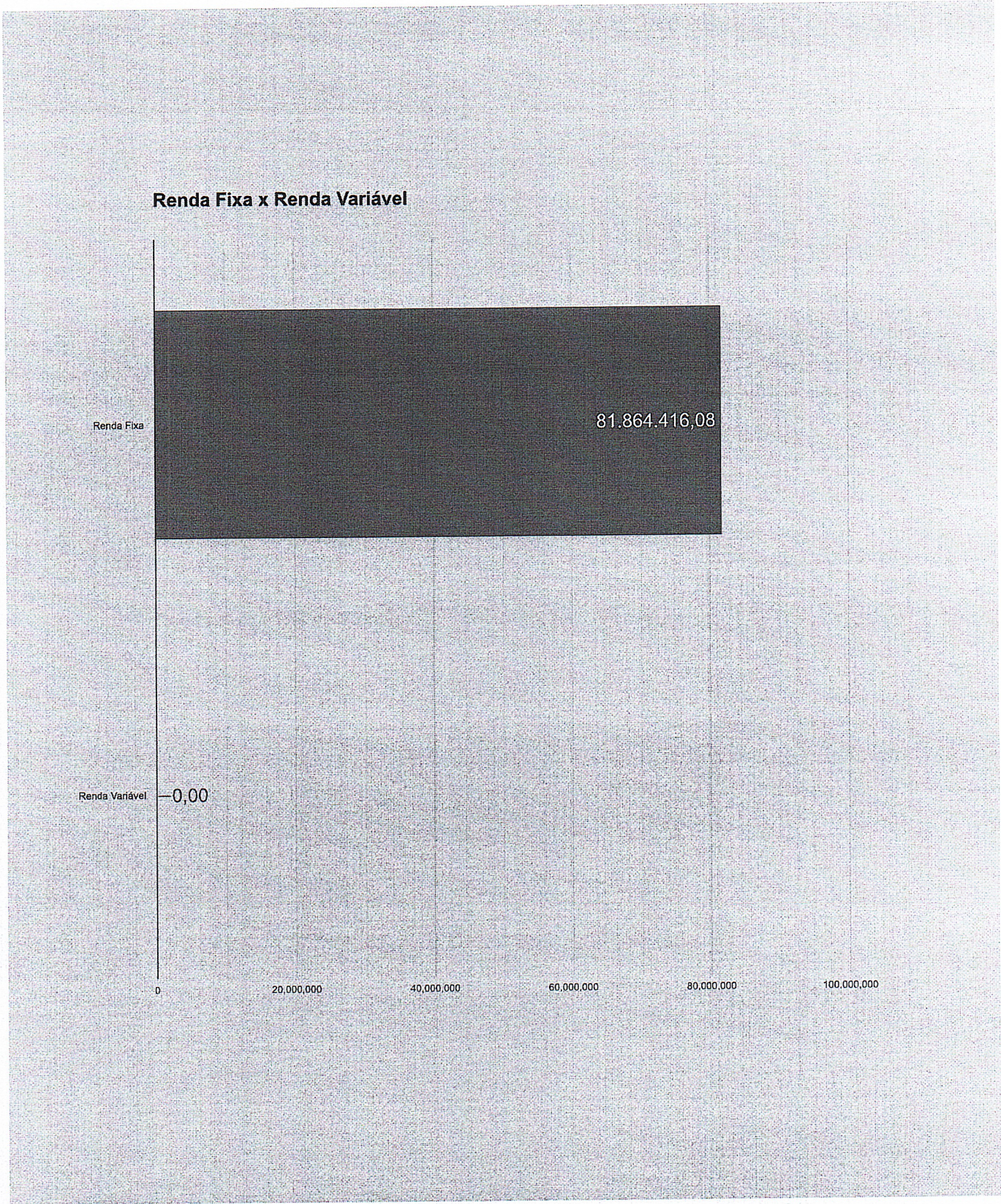
O gráfico abaixo apresenta a evolução patrimonial do RPPS nos últimos 12 meses, considerando o valor total dos recursos investidos. A informação permite acompanhar a variação do patrimônio ao longo do tempo.



O gráfico demonstra a distribuição dos recursos por instituição financeira, conforme os valores aplicados em cada entidade. A apresentação permite visualizar a concentração dos investimentos por instituição no período.



O gráfico apresenta a distribuição dos recursos entre os segmentos de renda fixa e renda variável, conforme a composição da carteira no período analisado. A informação permite identificar a alocação dos investimentos por classe de ativos.



RESUMO MERCADO X CARTEIRA DE INVESTIMENTO

O mês de maio foi marcado por um ambiente de elevada incerteza nos mercados globais, embora com alguma melhora em relação às preocupações observadas nos meses anteriores. A combinação entre a continuidade das tensões geopolíticas no Oriente Médio, a evolução das expectativas para a política monetária nas principais economias e os sinais de desaceleração em algumas regiões do mundo continuou influenciando o comportamento dos ativos financeiros.

No início do mês, os mercados chegaram a precificar um cenário mais adverso para a economia global, refletido na queda dos preços das principais commodities. O petróleo WTI chegou a romper a barreira dos US\$ 60 por barril, enquanto o minério de ferro voltou a negociar abaixo dos US\$ 100 por tonelada, em meio às perspectivas de desaceleração da demanda global e ao aumento da oferta por parte dos países produtores.

Ao longo do mês, entretanto, o cenário geopolítico apresentou sinais de relativa melhora. A expectativa de uma solução diplomática para o conflito no Oriente Médio e de uma eventual reabertura do Estreito de Ormuz contribuiu para uma redução dos preços do petróleo e para um ambiente mais favorável aos ativos de risco. Ainda assim, as incertezas em relação à duração do conflito e seus impactos sobre a inflação continuaram exigindo cautela por parte dos investidores.

Nos Estados Unidos, os dados econômicos seguiram demonstrando resiliência. O mercado de trabalho apresentou criação de vagas acima do esperado, enquanto a atividade econômica continuou crescendo em ritmo moderado. Por outro lado, os índices de preços ao produtor e de importação evidenciaram os efeitos dos choques logísticos e energéticos decorrentes das tensões geopolíticas. Nesse contexto, os dirigentes do Federal Reserve reforçaram uma postura mais cautelosa, reconhecendo os riscos de inflação mais elevada e sinalizando a possibilidade de manutenção dos juros em níveis restritivos por um período mais prolongado.

Na Zona do Euro, a atividade econômica continuou apresentando crescimento moderado, enquanto a inflação permaneceu pressionada pelos custos de energia. Os discursos dos dirigentes do Banco Central Europeu também passaram a refletir maior preocupação com os efeitos da guerra sobre os preços e a atividade econômica, reforçando uma postura mais conservadora.

Na China, os indicadores de atividade mostraram desaceleração em relação ao início do ano. Tanto a produção industrial quanto as vendas no varejo vieram abaixo das expectativas, evidenciando a persistente fragilidade da demanda doméstica e reforçando as expectativas de novos estímulos por parte do governo chinês.

No Brasil, o ambiente econômico continuou sendo fortemente influenciado pelo cenário externo. Ao mesmo tempo, questões domésticas passaram a ganhar maior relevância. Além dos desafios fiscais, o avanço do calendário eleitoral de 2026 começou a influenciar de forma mais perceptível as expectativas dos agentes econômicos. Discussões relacionadas à condução da política econômica e a temas estruturais em debate no Congresso passaram a ser acompanhadas com maior atenção pelo mercado, em um contexto que tende a aumentar a sensibilidade dos ativos locais ao longo do segundo semestre.

No campo econômico, a atividade permaneceu resiliente. O PIB do primeiro trimestre apresentou crescimento de 1,1% em relação ao trimestre anterior, confirmando que o consumo interno segue aquecido. Esse quadro, combinado com pressões inflacionárias ainda presentes, contribui para uma postura mais cautelosa do Banco Central em relação ao ciclo de redução da taxa Selic.

Em relação à inflação, o IPCA de maio registrou alta de 0,58%, acumulando 3,20% no ano e 4,72% nos últimos 12 meses, permanecendo acima do limite superior da meta de inflação. Os grupos Alimentação e Bebidas e Habitação foram os principais responsáveis pela pressão observada no período. Já o INPC avançou 0,65%, acumulando alta de 3,36% no ano e 4,42% em 12 meses.

No mercado de renda fixa, maio foi marcado por um comportamento mais heterogêneo dos principais índices, refletindo a volatilidade das curvas de juros e a reavaliação das expectativas para a política monetária. O IMA-Geral registrou valorização de aproximadamente 0,81% no mês, acumulando 5,29% em 2026. Os ativos de curto prazo continuaram se beneficiando do elevado nível dos juros, enquanto os segmentos mais longos permaneceram mais sensíveis às oscilações das expectativas de inflação, do cenário fiscal e das incertezas externas.

Na renda variável doméstica, o Ibovespa encerrou maio com queda de 7,22%, refletindo a continuidade do movimento de realização por parte dos investidores estrangeiros e a migração de recursos para mercados desenvolvidos, especialmente para empresas ligadas aos setores de tecnologia e inteligência artificial. Em contrapartida, as bolsas internacionais apresentaram desempenho positivo, com destaque para o S&P 500 e a Nasdaq, favorecidos pela força das empresas de tecnologia e pela resiliência da economia norte-americana.

De forma geral, maio reforçou a importância da diversificação e da preservação do perfil de risco das carteiras. Em um ambiente ainda marcado por incertezas geopolíticas, inflação acima das metas e elevada sensibilidade dos mercados às expectativas de política monetária e ao cenário político-fiscal, os ativos de proteção e as estratégias mais conservadoras continuaram apresentando uma relação risco-retorno bastante favorável para os RPPS.

COMENTÁRIO DO ECONOMISTA:

No cenário internacional, as tensões geopolíticas no Oriente Médio permanecem como importante fonte de volatilidade para os mercados, alternando momentos de maior otimismo, associados à expectativa de uma solução para o conflito, com períodos de cautela decorrentes dos movimentos nos preços do petróleo e seus impactos sobre a inflação. Esse ambiente mantém os principais bancos centrais atentos e tende a favorecer uma condução mais prudente da política monetária.

No Brasil, as expectativas de inflação seguem acima da meta, reforçando a postura cautelosa do Banco Central em relação ao processo de flexibilização monetária. Além disso, o ambiente doméstico passou a incorporar maior sensibilidade às questões fiscais e ao avanço do calendário eleitoral, fatores que aumentam a incerteza e justificam uma postura mais defensiva na gestão das carteiras.

Diante desse contexto, entendemos que o momento continua exigindo seletividade e disciplina na gestão dos investimentos. Assim, mantemos uma estratégia voltada à preservação do patrimônio, privilegiando oportunidades na renda fixa doméstica, especialmente em ativos de curto e médio prazo e em títulos indexados à inflação, sempre observando a adequada relação entre risco e retorno.

Dessa forma, a recomendação de alocação relevante permanece concentrada em ativos de menor volatilidade, especialmente ao longo do primeiro semestre. O elevado patamar da Selic continua proporcionando uma atrativa relação risco-retorno, ao mesmo tempo em que a postura mais conservadora contribui para a preservação patrimonial diante das oscilações do cenário político, fiscal e internacional. Para perfis mais conservadores, o foco pode permanecer em estratégias referenciadas DI e em ativos de curto prazo, como os vinculados ao IRF-M1.

Em relação aos títulos indexados à inflação e aos prefixados de prazos mais longos, entendemos que seguem existindo oportunidades pontuais. Contudo, a exposição deve ocorrer de forma gradual e compatível com o perfil de risco e as necessidades atuariais do RPPS, evitando movimentos abruptos de realocação em um ambiente ainda marcado por volatilidade.

Quanto à renda variável, embora mantenhamos uma visão construtiva para o médio e longo prazo, o atual contexto — especialmente diante das incertezas geopolíticas e da aproximação do calendário eleitoral doméstico — recomenda cautela. A exposição deve ser conduzida de forma seletiva, diversificada e em conformidade com os limites estabelecidos na Política de Investimentos. Para os RPPS que utilizarem esse segmento, a gestão ativa continua sendo uma importante ferramenta de mitigação de riscos e de ajuste das posições ao longo do ciclo econômico.

Destaca-se, ainda, que a entrada em vigor da Resolução CMN nº 5.272/2025 reforça a importância da governança na gestão dos investimentos, uma vez que as possibilidades de alocação passam a estar diretamente relacionadas ao nível de certificação institucional (Pró-Gestão), aspecto que deve ser observado previamente à realização de novos aportes. De forma geral, o momento exige equilíbrio entre a busca por oportunidades decorrentes da transição do ciclo monetário e a manutenção da disciplina, da previsibilidade e da adequada gestão de riscos, características fundamentais para a boa governança e para a sustentabilidade dos RPPS no longo prazo.

Benchmark	Composição por segmento	
	RS	%
CDI	61.744.716,22	75,42
IDKA 2	6.388.831,88	7,80
IMA-B 5	5.694.683,25	6,96
IMA-B	2.527.260,57	3,09
IRF-M 1	1.351.769,13	1,65
IPCA	448.521,73	0,55
LF (Letra Financeira)	2.328.242,14	2,84
Crédito Privado	1.380.391,17	1,69
Total:	81.864.416,09	100,00

Abaixo podemos verificar, referente ao mês de maio, a rentabilidade acumulada em reais e percentual para o exercício. Finalizando o mês conseguimos visualizar uma comparação com a meta da política de investimento para o mesmo período, conforme segue:

MÊS BASE	RENTABILIDADE ACUMULADA		META		% da Meta
	RS	%			
05/2026	R\$ 4.454.162,80	5,7846%	INPC + 5,75%	5,80 %	99,74%

Referência Gestão e Risco

MUNICÍPIO DE CERRO LARGO – RS
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
UNIDADE GESTORA DO RPPS
RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DA SUFICIÊNCIA FINANCEIRA
Art. 40 CF/88 – §1º, Art. 2º da Lei nº 9.717/98 – §1º, Art. 1º e Art. 69 da LRF

Ano de referência:	5
Mês de referência:	2026

PLANO PREVIDENCIÁRIO – FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO		
RECEITAS ELEGÍVEIS	no mês	no ano
	Valor	Valor
Contribuição servidor ativo	241.293,43	1.182.557,68
Contribuição servidor ativo Legislativo	4.607,40	20.687,36
Contribuição servidor inativo	56.940,20	284.584,92
Contribuição licenciados (servidor)	761,26	3.751,92
Contribuição patronal normal ativo	240.921,21	900.020,93
Contribuição patronal normal ativo Legislativo	4.278,30	19.209,69
Contribuição patronal normal inativo	1.929,93	9.673,08
Contribuição licenciados patronal normal	706,88	3.534,40
Contribuição patronal passivo ativo	610.989,56	2.994.405,26
Contribuição patronal passivo ativo Legislativo	11.666,58	52.383,30
Contribuição patronal passivo inativo	5.262,77	26.377,76
Contribuição licenciados patronal passivo	1.927,61	9.638,05
Parcelamentos Previdenciários	82.052,73	397.904,51
Rendimentos das Aplicações	834.743,61	4.372.240,17
Compensações Previdenciárias	68.026,82	435.130,84
Outras Receitas		1.057,57
Total das Receitas Elegíveis	2.098.081,47	10.713.157,44

DESPESAS ELEGÍVEIS	no mês	no ano
	Valor	Valor
Benefícios Previdenciários	1.098.456,29	5.513.097,49
Compensações Previdenciárias	5.974,54	30.698,46
Outras Despesas		143,13
Total das Despesas Elegíveis	1.104.430,83	5.543.939,08
Resultado Financeiro	993.650,64	5.169.218,36

PLANO ADMINISTRATIVO – TAXA DE ADMINISTRAÇÃO		
RECEITAS ELEGÍVEIS	no mês	no ano
	Valor	Valor
Alíquota Normal	17.769,73	87.064,64
Rendimentos das Aplicações	27.268,50	81.511,32
Outras Receitas		
Total das Receitas Elegíveis	45.038,23	168.575,96

DESPESAS ELEGÍVEIS	no mês	no ano
---------------------------	---------------	---------------

05.2026

DESPESAS ELEGÍVEIS	Valor	Valor
Despesas Administrativas	6.629,19	80.078,68
Total das Despesas Elegíveis	6.629,19	80.078,68
Resultado Financeiro	38.409,04	88.497,28

Saldo Financeiro na conta da Taxa de Administração em 31/12/[ANO AN	88.497,28
--	------------------

Quantidade servidores ativos	456
Quantidade aposentados	182
Quantidade pensionistas	56